

XXV AEDEM International Conference
Riga (Latvia) 2016

Differences around the cultural values: an empirical study from entities listed in european indexes

Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque
Lisbon Accounting and Business School
Fhalbuquerque@iscal.ipl.pt

Joaquín Texeira Quirós
University of Extremadura
jtexeira@unex.es

Maria do Rosário Fernandes Justino
Lisbon Accounting and Business School
mrjustino@iscal.ipl.pt

ABSTRACT

The influence of cultural factor within the subculture of accounting is recognized by the literature, that does not neglect its possible impact on comparability of financial reporting. This research seeks to analyze the possible existence of distinct levels of cultural values proposed by Gray (1988) on the basis of regional groups. Additionally, it is intended to test the existence of a possible association between the cultural values, as well as between these and the qualitative characteristics. Data collection was carried out from the reports and consolidated annual accounts, for 2013 and 2014, disclosed by non-financial entities listed in stock indexes relating to financial markets of the European Union, having been used as content analysis methodology. After the application of the selection criteria, the final population of this study encompasses 137 entities. The findings based on the application of non-parametric bivariate analysis techniques suggest that the conservatism could be distinguished on the basis of some regional groups. The existence of a positive connection between conservatism and secrecy is equally noticed. One of the contributions of this investigation is constituted by, among others, the identification of the potential impact of culture in the context of professional judgment, even in the context of advanced international accounting harmonisation process.

Keywords: culture, qualitative characteristics, framework, harmonisation.

AS DIFERENÇAS EM TORNO DOS VALORES CULTURAIS: UM ESTUDO EMPÍRICO A PARTIR DE ENTIDADES LISTADAS EM ÍNDICES EUROPEUS

RESUMO

A influência do fator cultural no âmbito da subcultura da Contabilidade é reconhecida pela literatura, que não descarta os seus eventuais impactos na comparabilidade do relato financeiro. A presente investigação visa aferir a eventual existência de distintos níveis de valores culturais propostos por Gray (1988) em função de agrupamentos regionais. Adicionalmente, pretende-se testar a existência de uma eventual associação entre os referidos valores culturais. A recolha dos dados foi realizada a partir dos relatórios e contas consolidados anuais, referentes a 2013 e 2014, divulgados pelas entidades cotadas (grupos não financeiros) nos índices bolsistas relativos a mercados financeiros da União Europeia (UE), tendo sido utilizada a análise de conteúdo como metodologia. Após a aplicação de critérios específicos de seleção, a população final deste estudo é constituída por 137 entidades. Os resultados obtidos a partir da aplicação de técnicas de análise não-paramétricas bivariadas sugerem que o conservadorismo distingue-se em função de alguns agrupamentos regionais. Constatam-se ainda a existência de uma conexão positiva entre o conservadorismo e o secretismo. Um dos contributos desta investigação consiste, entre outros, na identificação do potencial impacto da cultura sobre o julgamento profissional, mesmo no contexto do avançado processo de harmonização contabilística internacional em curso.

Palavras-Chave: cultura, características qualitativas, estrutura conceptual, harmonização.

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização dos negócios despoletou a necessidade de uma linguagem internacional que fosse aceite pela generalidade dos intervenientes (POCRNJIĆ; PERVAN, 2013). Nesse sentido, o debate em torno da necessidade de harmonização contabilística teve início na década de 60 do século transato, com maior incidência a partir da década 90, tendo prosseguido até aos dias atuais (HOARAU, 1995).

Conforme referem Stergios e Laskaridou (2008), a globalização dos mercados financeiros, em especial no que respeita às empresas multinacionais que se encontram cotadas em múltiplas bolsas de valores, e a imprescindibilidade para os investidores/analistas financeiros de relato financeiro comparável, despoletou a necessidade de criação de normas contabilísticas capazes de resistir às pressões internacionais. A pressão para a harmonização internacional advém de múltiplos interessados, nomeadamente, dos preparadores, reguladores e utilizadores do relato financeiro (NOBES; PARKER, 2008). O contributo proporcionado pelo International Accounting Standards Board (IASB) através da criação de normas contabilísticas globais, aliado à conseqüente necessidade de eliminação de assimetrias nas regras e práticas nesta área, materializa-se na atual extensão da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Um levantamento recente da IFRS Foundation (2015) abrangendo 138 jurisdições representativas de 97% do produto interno bruto (PIB) a nível mundial, apontam para a existência de 114 que obrigam (83% das 138) o uso das IFRS para todas ou para a maioria das entidades listadas em mercados regulamentados, ao que se adicionam 14 que obrigam ou permitem (cerca de 10% das 138) o uso das IFRS a algumas dessas mesmas entidades.

Nesse âmbito, e para tais entidades, é evidente a existência de uma harmonização em fase avançada na UE no que ao relato financeiro diz respeito, particularmente desde o advento do Regulamento (Comissão Europeia (CE)) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, relativo à adoção obrigatória das IFRS endossadas pela UE por parte das entidades legalmente obrigadas à elaboração de contas consolidadas com valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados europeus desde o período financeiro com início em 1 de janeiro de 2005.

Porém, diferentes fatores económicos, políticos, culturais e legais originam diferentes sistemas contabilísticos (CHOI; MEEK, 2011). Essa divergência de sistemas traduz-se na existência de diversos obstáculos e desafios que se colocam à harmonização internacional, designadamente, a dicotomia *principles versus* (vs.) *rules based standards*, a ausência de um modelo de demonstrações financeiras (DF), os problemas de tradução e os métodos alternativos previstos nas normas. Desse modo, torna-se importante avaliar o impacto de tais fatores, nomeadamente, a presença de diferenças relevantes derivadas da cultura, na comparabilidade do relato financeiro a nível internacional, e bem assim no processo de harmonização ambicionado pelos principais organismos normalizadores e *stakeholders*. Aliás, a importância atribuída a esse fator é evidente pela extensa literatura existente desde o trabalho publicado por Hofstede (1980), que identificou quatro dimensões culturais que viriam, posteriormente, a ser utilizadas por Gray (1988) no desenvolvimento de quatro valores culturais associados à Contabilidade: o profissionalismo, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo.

O modelo de Gray (1988) tem, inclusivamente, suportado a investigação realizada na área nas últimas décadas (BAYDOUN; WILLETT, 1995; CHANCHANI; WILLETT, 2004; DOUPNIK; RICCIO, 2006; TSAKUMIS, 2007; TEIXEIRA; SILVA, 2009).

Paralelamente, a adoção generalizada das IFRS, consideradas *principle based standards*, contrariamente às normas emanadas pelo FASB (*rules based standards*), reforça a

importância da análise dos impactos do julgamento profissional sobre o relato financeiro por parte de distintos intervenientes, especialmente, preparadores e auditores, aspetos que não devem ser descurados quer por organismos reguladores, quer por organismos normalizadores, com atuação local ou internacional.

Assim, na vertente cultural importa recordar que, não obstante a importância dos modelos desenvolvidos por Hofstede (1980) e por Gray (1988) para a investigação em Contabilidade, particularmente direcionada para a temática da cultura, são-lhes reconhecidas diversas limitações, sobretudo de carácter concetual e metodológico. A adequabilidade de algumas das críticas expostas é, inclusivamente, corroborada por Hofstede (2002, 2003). Contudo, o impacto na investigação contabilística transcultural (*cross-cultural*) das críticas realizadas ao modelo Hofstede-Gray, revelou-se muito baixo (JOANNIDES; WICKRAMASINGHE; BERLAND, 2012). Nesse sentido, importa igualmente avaliar a aplicabilidade da classificação dos valores contabilísticos propostos por Gray (1988) ao contexto contabilístico contemporâneo.

A relevância da presente investigação alicerça-se, ainda, na importância da proposta de avaliação dos valores culturais que separam os países no âmbito da Contabilidade a partir de novos indicadores, pouco sugerida na literatura, tendo em conta a antiguidade dos índices de valores culturais propostos, nomeadamente, por Hofstede (1980) e por Gray (1988).

Face ao exposto, estiveram reunidas as seguintes questões de investigação:

(1) Considerando o avançado estágio de harmonização na UE, terá ainda a cultura um papel relevante no processo de elaboração do relato financeiro?

(2) Será o relato financeiro passível de distinção em função de agrupamentos regionais, sendo este um conceito doravante apresentado em referência aos grupos culturais propostos em função dos sistemas contabilísticos desenvolvidos no modelo de Gray (1988)?

(3) Haverá relação entre os valores culturais, tal como proposto na literatura?

Em síntese, os objetivos desta investigação apresentam-se em dois planos distintos, embora complementares: por um lado, pretende-se aferir a eventual existência de distintos níveis de valores culturais em função de agrupamentos regionais; ma sequência, e no intuito de analisar a relação entre as duas áreas temáticas em análise, a existência de uma eventual conexão entre cada um dos valores culturais será igualmente alvo de análise nesta investigação.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo visa, através da revisão de literatura, e tendo em conta os objetivos propostos, suportar sob uma vertente teórica as hipóteses formuladas no capítulo 3.

Um importante desafio à harmonização internacional destacado na literatura é a cultura. O estudo realizado por Hofstede (1980) através de 116.000 questionários conduzidos por psicólogos e dirigidos a trabalhadores da International Business Machines Corporation (IBM), uma empresa multinacional norte-americana a operar em 39 países, culminou na identificação de quatro dimensões culturais, nomeadamente, o individualismo, a distância do poder, a aversão ao risco e a masculinidade, que posteriormente se viriam a tornar marcos na análise da influência da cultura na Contabilidade.

Posteriormente, Gray (1988) promove a ligação do estudo de Hofstede (1980) com a Contabilidade, relacionando a cultura, os valores sociais e os sistemas contabilísticos. A partir da referida ligação, o autor propôs quatro valores contabilísticos verificados ao nível da subcultura da Contabilidade, a saber (Gray, 1988):

profissionalismo vs. controlo legal: descreve a dicotomia existente entre, por um lado, a preferência pelo julgamento profissional e a manutenção da auto-regulação profissional e, por outro, o cumprimento das exigências legais e o controlo estatutário.;

uniformidade vs. flexibilidade: relata a preferência pela uniformidade na aplicação das políticas contabilísticas e pela consistência na sua utilização a nível temporal contrapondo com a flexibilidade, atendendo às circunstâncias específicas de cada empresa. Este valor contabilístico engloba ainda a comparabilidade entre as empresas;

conservadorismo vs. otimismo: descreve a preferência por uma abordagem cautelosa perante a incerteza de eventos passíveis de ocorrer no futuro, por oposição a uma abordagem otimista e arriscada de raciocínio; e

secretismo vs. transparência: aborda a preferência pela confidencialidade e restrição na divulgação de informação acerca do negócio apenas para aqueles diretamente envolvidos na gestão/financiamento (*low-disclosure*), ao invés de uma abordagem dotada de maior transparência (*full-disclosure*). Este valor contabilístico está inter-relacionado com o anterior, o conservadorismo, na medida em que ambos envolvem uma abordagem prudente acerca do relato financeiro, na sua generalidade.

Na sequência da ligação acima citada, Gray (1988) relacionou os valores contabilísticos com as dimensões culturais preconizadas por Hofstede (1980) através da formulação das quatro hipóteses descritas na sequência:

H1: Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente à dimensão cultural do individualismo e menor relativamente a outras como a aversão ao risco e a distância do poder então mais provável será o seu posicionamento em termos de profissionalismo;

H2: Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente às variáveis culturais de aversão ao risco e distância do poder e menor em termos de individualismo então mais provável será o seu posicionamento em termos de uniformidade;

H3: Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente à variável cultural de aversão ao risco e menor relativamente às de individualismo e masculinidade então mais provável será o seu posicionamento em termos de conservadorismo; e

H4: Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente às variáveis culturais de aversão ao risco e distância do poder e menor relativamente às de individualismo e masculinidade então mais provável será o seu posicionamento em termos de secretismo.

As hipóteses acima explanadas representam a interpretação da relação entre os valores contabilísticos e as dimensões culturais, como se pode observar pelo Quadro 1:

Quadro 1 - Relação entre os valores contabilísticos e as dimensões culturais.

Dimensões Culturais	Valores culturais			
	Profissionalismo	Uniformidade	Conservadorismo	Secretismo
Individualismo	+	-	-	-
Aversão ao risco	-	+	+	+
Distância do poder	-	+	•	+
Masculinidade	•	•	-	-

Nota: + indica uma relação direta entre as variáveis; - indica uma relação inversa; • indica ausência de relação.

Fonte: Adaptado de Choi e Meek (2011, p. 36)

No mesmo contexto, Gray (1988) promove uma hierarquização dos valores acima explanados ao nível da subcultura contabilística, destacando o individualismo e a aversão ao risco como de maior importância, seguidos da distância do poder e, posteriormente, como de menor importância, a masculinidade. A classificação dos sistemas contabilísticos pelos critérios da autoridade e aplicação, por um lado, e da mensuração e divulgação, por outro, são observáveis, por essa ordem, nas Figuras 1 e 2:

Controlo estatutário



Asiáticos menos desenvolvidos

Latinos menos desenvolvidos

Médio Oriente

Figura 1 - Sistemas contabilísticos: Autoridade e aplicação
Fonte: Gray (1988, p. 12)

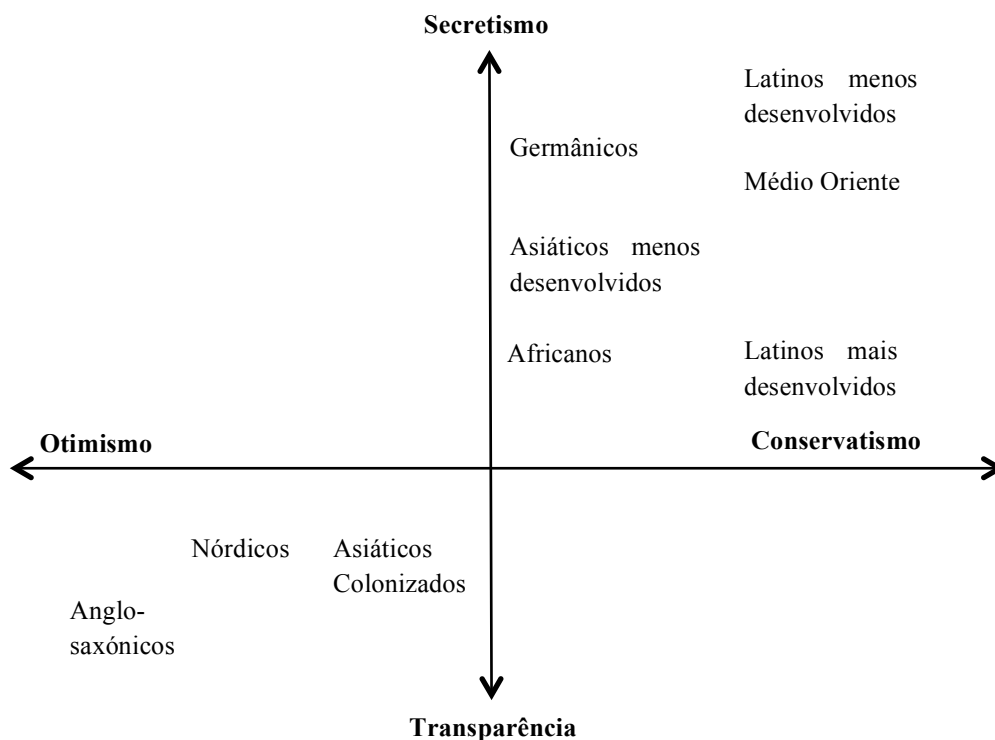


Figura 2 - Sistemas contabilísticos: Mensuração e divulgação
Fonte: Gray (1988, p. 13)

Gray (1988) propôs, assim, a classificação dos sistemas contabilísticos de acordo com áreas culturais, destacando-se a posição dos países anglo-saxónicos (onde se incluem os EUA, o Reino Unido e a Austrália) que apresentam, relativamente à autoridade e aplicação, elevados níveis de flexibilidade e de profissionalismo, em contraponto com os países latinos menos desenvolvidos (onde Portugal se encontra incluído), caracterizados pela uniformidade e controlo legal. Adicionalmente, os valores culturais relacionados com as práticas de mensuração e de divulgação, o conservadorismo e o secretismo, originaram outra

classificação dos sistemas contabilísticos, fazendo-se novamente a oposição entre os países anglo-saxónicos e os países latinos menos desenvolvidos, que exibem elevados níveis de secretismo e de conservadorismo.

Não obstante o contributo para a investigação científica proporcionado Hofstede (1980), esse estudo tem sido alvo de variadas críticas, designadamente, Baskerville (2003). Todavia, Joannides *et al.* (2012), numa investigação que intenta aferir a influência das críticas ao modelo Hofstede-Gray na investigação contabilística transcultural, concluem que o efeito se revelou muito baixo, dado que das publicações realizadas após 1999, 53,5% ainda eram suportadas em Hofstede (dos quais 26,3% em Hofstede (1980)). Noutra contexto, Heidhues e Patel (2011), através do estudo de caso da Alemanha, criticam a inquestionável aceitação dos investigadores da metodologia de Gray (1988), considerada demasiado simplista. Deste modo, preconizam a importância da consideração de fatores contextuais, nomeadamente, legais, políticos, sociais, históricos e económicos dos países, no contexto da investigação contabilística internacional.

Douppnik e Richter (2004) deteteram significativas nuances decorrentes da interpretação de expressões verbais de probabilidade entre os contabilistas alemães e os norte-americanos. Nesse sentido, referem que os contabilistas alemães são mais conservadores do que os seus homónimos americanos, sendo que os primeiros tendem a atribuir maiores (menores) probabilidades numéricas do que indivíduos dos EUA para expressões utilizadas como limite para o reconhecimento de um ativo (passivo) ou aumento (redução) de um rendimento. Os resultados permitiram constatar a influência, sistemática e previsível, da cultura na aceção desses termos.

Douppnik e Riccio (2006) partiram do modelo proposto por Gray (1988), especificamente dos valores culturais do conservadorismo e do secretismo. Profissionais da Contabilidade brasileiros e norte-americanos foram questionados, no âmbito de 11 excertos de normas que incluíam as aludidas expressões verbais de probabilidade, com o intuito de lhes ser atribuída uma percentagem. Os resultados obtidos corroboram os de Douppnik e Richter (2004).

Já Patel (2006) analisou o impacto da cultura, através das cinco dimensões culturais preconizadas por Hofstede (1980), no julgamento profissional exercido pelos contabilistas australianos, indianos e malasianos. A amostra foi constituída pelas nações mencionadas, uma vez que são classificadas como membros do modelo do desenvolvimento contabilístico da *Commonwealth*, composto por ex-colónias britânicas (NOBES; PARKER, 2008). Além disso, a sua importância no comércio mundial e conseqüente necessidade de harmonização da informação financeira foi outra das motivações subjacentes a essa escolha (PATEL, 2006). Assim, o questionário, dirigido aos contabilistas seniores, foi utilizado como metodologia, tendo sido propostos diversos cenários com vista a analisar o processo de exercício de juízo profissional. A partir dos resultados obtidos, o autor defende, em suma, uma análise mais profunda à complexidade dos aspetos culturais na realização de investigação de estudos transculturais (PATEL, 2006).

Hu, Chand e Evans (2012) aplicaram de igual forma o questionário para aferir o impacto da cultura nacional, aculturação e educação contabilística no julgamento profissional exercido por 920 estudantes da área, australianos e chineses, quando confrontados com expressões de incerteza incluídas nas IFRS. O conceito de aculturação designa o processo pelo qual o contacto contínuo entre culturas distintas origina mudanças em ambas, tal como mudanças nos valores culturais individuais introduzidos por Hofstede (1980) e, posteriormente ligados à Contabilidade por Gray (1988). Nesse seguimento, a amostra foi seccionada em 3 categorias, em função do número de anos de vivência na Austrália: Anglo-Celtas oriundos deste último país, Chineses e Chineses imigrantes para o referido país. Assim, concluíram que: i) os estudantes chineses eram mais conservadores na atribuição de

probabilidades que os australianos ii) os valores culturais individuais podem mudar devido ao processo de aculturação e de educação contabilística, contribuindo para, potencialmente, melhorar a convergência do relato financeiro dado que moderam as diferenças de interpretação normativas causadas pelos fatores culturais. Porém, reforçam que a adoção de um normativo internacional único não se revela suficiente para os objetivos de harmonização pretendidos, sendo inclusivamente primordial o estudo dos valores culturais e dos fatores que influenciam o juízo profissional para o processo de convergência (HU; CHAND; EVANS, 2012).

Recentemente, e numa adaptação ao Brasil dos estudos aplicados a outros países, tais como Portugal (TEIXEIRA; SILVA, 2009), EUA e Alemanha (DOUPNIK; RICHTER, 2004), Firmino e Paulo (2013) investigaram a utilização das expressões verbais de probabilidade especificamente aplicadas às normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ao invés das emanadas pelo IASB, precisamente para expurgar o efeito da problemática gerada pela tradução. A amostra do estudo foi constituída por 258 auditores independentes registados na Comissão de Valores Mobiliários, pertencendo na sua maioria às *Big Four*. Os autores concluíram que o julgamento profissional dos auditores, em situações de subjetividade, é influenciado por questões comportamentais, conduzindo à emissão de distintas opiniões nos respetivos relatórios de auditoria. Adicionalmente identificaram, através da comparação dos países acima referidos, a existência de diferenças significativas na interpretação de expressões verbais de probabilidade, confirmando a influência dos valores culturais na sua interpretação, detalhadamente, o conservadorismo e o secretismo, de harmonia com Douppnik e Riccio (2006).

3. HIPÓTESES E METODOLOGIA

Esta parte da investigação dedica-se à apresentação das hipóteses e linhas metodológicas definidas para a concretização deste estudo. Relativamente a este último ponto, serão concretamente identificados a população e o período do estudo, as variáveis utilizadas e a análise estatística da informação recolhida.

3.1 Hipóteses do estudo

As hipóteses definidas encontram-se intrinsecamente relacionadas com os objetivos identificados. Por conseguinte, pretende-se avaliar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis dependentes (VD) e independentes (VI) propostas para este estudo, como sejam: por um lado, como VD ou explicadas, os valores culturais no âmbito da subcultura da Contabilidade, nomeadamente, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo, tendo como suporte teórico a classificação proposta por Gray (1988); por outro, como VI ou explicativas, os fatores previamente identificados na literatura, como sejam os agrupamentos regionais identificados por Gray (1988).

Adicionalmente, o relacionamento entre os valores culturais, sugerida, entre outros, por Baydoun e Willett (1995) e Chanchani e Willett (2004) não serão descurados no contexto dos objetivos definidos para este estudo. A conexão proposta nesta investigação apresenta-se em linha com o eventual relacionamento entre tais elementos já proposta por Baydoun e Willett (1995), tendo sido posteriormente referendada em termos empíricos, designadamente, por Chanchani e Willett (2004). As próximas subsecções dedicam-se à apresentação do fundamento teórico que esteve na base do desenvolvimento das hipóteses deste estudo.

3.1.1 Os agrupamentos regionais como variável explicativa da cultura

A sugestão de Gray (1988) acerca da existência de conexão entre áreas culturais e padrões associados a sistemas contabilísticos constitui o argumento de suporte da teoria da

relevância cultural da Contabilidade, posteriormente defendida por outros autores (e.g. BAYDOUN; WILLETT, 1995). De acordo com esta teoria, cada cultura concebe o seu próprio sistema contabilístico que influencia e determina a forma de elaboração do relato financeiro (BAYDOUN; WILLETT, 1995).

Schultz e Lopez (2001) e Douplik e Richter (2004), em consonância com o modelo de Gray (1988), defendem que a cultura, especificamente os valores culturais, exercem influência sobre as escolhas realizadas no âmbito do relato financeiro.

Nesse sentido, foi concebida a seguinte hipótese geral, de onde derivam as restantes hipóteses operacionais propostas relacionadas com a mesma:

H1: Os **valores culturais** da uniformidade, conservadorismo e secretismo, tal como propostos por Gray (1988), distinguem-se em função dos agrupamentos regionais.

A uniformidade representa a preferência pela aplicação de práticas contabilísticas semelhantes entre as entidades, bem como a sua utilização de forma consistente ao longo do tempo, em oposição à flexibilidade, que atende às circunstâncias individuais de cada entidade (GRAY, 1988).

A classificação dos sistemas contabilísticos proposta por Gray (1988) é marcada pela posição antagónica entre os países anglo-saxónicos (EUA, Reino Unido, África do Sul, Austrália incluídos), que exibem elevados níveis de flexibilidade e de profissionalismo, em contraponto com os países latinos menos desenvolvidos, onde Portugal se encontra incluído, que apresentam elevados níveis de uniformidade e controlo legal.

Assim, numa escala decrescente relativamente ao valor cultural em estudo, os países latinos (que incluem Portugal e a Espanha), neste último caso incluído no conjunto dos países latinos mais desenvolvidos, apresentam patamares de uniformidade mais elevados, seguindo-se-lhes os países germânicos (representado, principalmente, pela Alemanha), os países nórdicos (nos quais se inclui a Suécia) e, por fim, os aludidos países anglo-saxónicos (com a Inglaterra como principal referência).

No seguimento, foi construída a hipótese subsequente nos seguintes termos:

H1.1: Os países incluídos na classificação de **países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, por essa ordem, distintos níveis de **uniformidade**, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

Por sua vez, o conservadorismo traduz-se, fundamentalmente, segundo Gray (1988) e Baydoun e Willett (1995), na seleção de critérios de mensuração e na realização de julgamentos e estimativas pelos preparadores da informação financeira mais cautelosos ou, noutros termos, menos avessos ao risco. Douplik e Riccio (2006) concluíram que a escolha de práticas de mensuração é influenciada pelo nível de conservadorismo dos países.

Note-se que a classificação dos países em agrupamentos regionais proposta por Gray (1988) em termos deste valor cultural, coincide, em exata medida, com a mencionada para a uniformidade, encontrando-se os países latinos no grupo dos países que apresentam maiores níveis de conservadorismo, seguindo-se-lhes os países germânicos, os nórdicos e os anglo-saxónicos.

Desta forma, e tendo em conta o antecitado, formulou-se a seguinte hipótese:

H1.2: Os países incluídos na classificação de **países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, por essa ordem, distintos níveis de **conservadorismo**, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

Segundo Baydoun e Willett (1995) e Gray (1988), o secretismo encontra-se associado a uma postura de *low-disclosure* adotada pelas entidades. Assim, materializa-se na quantidade de informação divulgada, incluindo o nível de desagregação apresentado, seja esse reporte de carácter quer quantitativo ou qualitativo, quer obrigatório ou voluntário. O referido valor

traduz-se, nesse sentido, numa postura de menor transparência da informação divulgada no relato financeiro.

Entre as principais barreiras que se colocam à transparência no relato financeiro consta o risco de reporte/divulgação, entendido como o receio de fornecer informação confidencial às entidades concorrentes, incluindo a imposta por imposição legal (DOBLER, 2008). Ainda no âmbito do risco de reporte, Bentley e Franklin (2013) preconizam que o agrupamento cultural anglo-saxónico apresenta, em linha com a proposição de Gray (1988) maior grau de divulgação que as restantes culturas.

No que concerne à classificação prosposta por este último autor, verifica-se, numa lógica descendente, que os países latinos menos desenvolvidos apresentam maiores níveis de secretismo, seguidos dos germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos. Tendo em conta o exposto acima, foi concebida a seguinte hipótese:

H1.3: Os países incluídos na classificação de **países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, nessa ordem, distintos níveis de **secretismo**, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

3.1.2 Relacionamento entre os valores culturais

À luz dos valores culturais, Baydoun e Willett (1995), assim como Chanchani e Willett (2004), após teste empírico dos valores de Gray (1988), defendem a existência de uma possível associação entre o conservadorismo e o secretismo. Por sua vez, Gietzmann e Trombetta (2003) referem, no âmbito das estratégias de divulgação, que políticas contabilísticas conservadoras são acompanhadas por um decréscimo nas divulgações voluntárias realizadas.

Por outro lado, Dhaliwal (1982) argumenta que as entidades tendem a opor-se a critérios contabilísticos indutores de volatilidade nos resultados ou nos rácios económico-financeiros, designadamente, de endividamento e de liquidez, assumindo, assim, uma postura de maior uniformidade nas políticas contabilísticas adotadas. Consequentemente, tais entidades tendencialmente adotam critérios conservadores (*income-smoothing*) no intuito de demonstrar uma posição financeira mais sólida e estável aos investidores (IATRIDIS, 2008).

Refira-se ainda que, à luz da classificação proposta por Gray (1988), os agrupamentos menos conservadores/secretistas são, em geral, igualmente menos uniformes (ou mais flexíveis), excetuando-se apenas a divergência, no caso do secretismo, referente aos países germânicos, que antecedem os países latinos mais desenvolvidos em termos desse valor, contrariamente à classificação apresentada para a uniformidade e para o conservadorismo. Assim, e tendo em conta o exposto, formulou-se a seguinte hipótese, que pressupõe a possibilidade de existência de uma relação entre os referidos valores culturais:

H2: Identifica-se uma associação mútua e estatisticamente significativa entre os **valores culturais**, nomeadamente, entre a uniformidade e o conservadorismo, entre a uniformidade e secretismo e entre o conservadorismo e o secretismo.

Na próxima secção será exposta a metodologia aplicada no estudo empírico realizado.

3.2 Metodologia

Este subcapítulo inclui a exposição da metodologia de investigação aplicada, especificamente, a definição das variáveis utilizadas, a caracterização da população e dos dados recolhidos, bem como a posterior análise estatística realizada.

3.2.1 Definição das variáveis

Com o intuito de testar as hipóteses formuladas na secção 3.1, foram identificados, por um lado, os valores culturais, enquanto VD ou explicadas, e os agrupamentos regionais,

enquanto VI, por outro. No que diz respeito em particular aos agrupamentos regionais, de referir que a aferição da **uniformidade** foi efetuada tendo por base a alteração voluntária de políticas contabilísticas realizadas no período. Desse modo, atribuiu-se “1” à verificação do valor cultural em causa, no caso de não se constatar a alteração de políticas contabilísticas no período de reporte, e “0” no caso contrário. Por outro lado, a aferição do **conservadorismo** e do **secretismo** foram realizadas através da análise do reconhecimento e divulgação, respetivamente, de determinadas categorias de instrumentos financeiros (IF).

Os requisitos estabelecidos na IAS 39 (§ 88) para que um IF derivado possa ser reconhecido como de cobertura, nomeadamente, a expectativa de um elevado grau de eficácia de cobertura, a mensuração fiável desta última e a documentação formal associada implicam, segundo Pirchegger (2006), que a aplicação das regras relativas à contabilidade de cobertura seja considerada uma opção contabilística. No mesmo sentido, se uma entidade não cumprir os critérios de eficácia de cobertura, deve descontinuar a contabilidade de cobertura (IAS 39, AG113), sendo os respetivos IF derivados qualificados como de negociação. Assim, por exemplo, uma entidade terá a possibilidade de desqualificar um derivado como de cobertura caso não forneça a documentação detalhada requerida pela norma (PIRCHEGGER, 2006).

O método de reconhecimento dos ganhos ou perdas encontra-se dependente da designação do derivado como instrumento de cobertura (*hedged instrument*) e, caso seja, da natureza do item coberto (*hedged item*). Assim, a IAS 39, nos parágrafos 89 a 94, estabelece que as variações do justo valor dos IF derivados que se qualifiquem como de cobertura de justo valor (*fair value hedge*) devem ser registadas diretamente em resultados. Em contraponto, as variações de justo valor dos IF derivados (consideradas eficazes) que se qualifiquem como de cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*) ou de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira (*net investment hedge*) devem ser contabilizadas no capital próprio (*other comprehensive income*) (§ 95 a 101 e § 102, IAS 39). A porção resultante das variações do instrumento de cobertura considerada ineficaz deve ser contabilizada diretamente em resultados (§ 95, alínea b) e § 102, alínea b), IAS 39). No caso dos IF derivados que não cumpram os critérios referidos e, como tal, sejam excluídos do âmbito da contabilidade de cobertura, são classificados como detidos para negociação (*held-for-trading*), designando-se como ativos ou passivos financeiros pelo justo valor através de resultados (*fair value through profit and loss*) (§ 9 e 45 a 47, IAS 39).

Sob a vertente da investigação científica, Bertoni e De Rosa (2013) realçam que num contexto cultural e legal essencialmente orientado para o conservadorismo, a conceção prudente de resultado (*income*) que prevalece nos países europeus se materializa através do reconhecimento imediato em resultados de perdas e, em contraponto, dos ganhos apenas quando realizados. Dito de outro modo, perante esta ótica de prudência somente os ganhos seguem o designado “princípio da realização” (BERTONI; DE ROSA, 2013, p. 11), ao passo que as perdas são potencialmente antecipadas (CHANCHANI; WILLET, 2004). Aliás, a prática contabilística de reconhecimento das variações do justo valor em contrapartida de resultados, para além de ser considerada mais relevante, é interpretada pelos investidores como um sinal de menor conservadorismo (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001). De ressaltar que a adoção da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 permite minimizar a volatilidade derivada da contabilidade de cobertura na DR, ao alinhar o *timing* de reconhecimento dos ganhos e perdas nos instrumentos de cobertura e itens cobertos. Desse modo, no concernente à gestão do risco, a entidade expõe-se somente à volatilidade económica, derivada de exposições reais (LOPES, 2007).

Atendendo ao mencionado supra, a aferição do **conservadorismo** foi realizada em função da detenção (ou não) de IF derivados cujas variações do justo valor devam ser contabilizadas nos resultados, nomeadamente os de *fair value hedge*. Assim, a posse desta última categoria de IF derivados foi pontuada com o valor de “0”, como sinal de menor

conservadorismo. Por oposição, a posse de derivados cujas variações do justo valor são reconhecidas em capital próprio, nomeadamente, os de *cash flow hedge* e de *net investment hedge*, foi pontuada com o valor de “1”. De igual forma, atribuiu-se este último código referido às entidades que não possuíam qualquer tipo de IF derivados de cobertura.

No que concerne ao **secretismo**, saliente-se que a avaliação do nível de cumprimento das entidades relativamente aos requisitos de divulgação obrigatórios estabelecidos nos normativos é realizada, de forma recorrente na literatura, através da construção de índices de divulgação, o que se verifica nas mais diversas áreas, designadamente, na agricultura, através da IAS 41 (GONÇALVES; LOPES, 2015), na apresentação das DF, por via da IAS 1 (GAIO; MATEUS, 2014); em 30 temáticas distintas das IFRS (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014) e, por fim, no âmbito específico dos IF, através da IAS 32 e IAS 39 (LOPES; RODRIGUES, 2007). Adicionalmente à análise dos requisitos obrigatórios, Gonçalves e Lopes (2015) analisaram outras duas categorias de requisitos: não obrigatórios mas recomendados e os não obrigatórios e não recomendados.

Assim, no sentido de aferir o nível de divulgação da informação, foram concebidas VD para apreciação do valor cultural em análise, contextualizadas nos requisitos de divulgação de natureza obrigatória estabelecidos pela IFRS 7, conforme observável no Quadro 2:

Quadro 2 - Variáveis dependentes do ICRD: Secretismo

Tipo de divulgação	Código	Conteúdo da variável	Fonte
Genérica	VD1	É feita uma descrição para cada tipo de cobertura?	a) § 22 IFRS 7
	VD2	É feita uma descrição dos IF designados como de cobertura?	b) § 22 IFRS 7
	VD3	É divulgado o justo valor, à data de relato, dos instrumentos de cobertura?	b) § 22 IFRS 7
	VD4	É divulgada a natureza dos riscos a serem cobertos?	c) § 22 IFRS 7
Cash Flow Hedge	VD5	São divulgados os períodos em que se espera que ocorram os fluxos de caixa?	a) § 23 IFRS 7
	VD6	São divulgados os períodos em que é expetável que os fluxos de caixa venham a afetar os lucros ou prejuízos?	a) § 23 IFRS 7
	VD7	É divulgada a quantia reconhecida no capital próprio durante o período?	c) § 23 IFRS7
	VD8	É divulgada a quantia removida do capital próprio e incluída nos lucros ou prejuízos?	d) § 23 IFRS 7
	VD9	A ineficácia nos lucros ou prejuízos decorrente da cobertura de fluxos de caixa é divulgada separadamente?	b) § 24 IFRS 7
Fair value hedge	VD10	Os ganhos ou perdas sobre o <i>hedging instrument</i> são divulgados?	i) a) § 24 IFRS 7
	VD11	Os ganhos ou perdas sobre o <i>hedged item</i> são divulgados?	ii) a) § 24 IFRS 7
Net investment hedge	VD12	A ineficácia nos lucros ou prejuízos decorrente das coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras é divulgada separadamente?	c) § 24 IFRS 7

O nível de divulgação efetuado por cada entidade incluída nesta investigação associado à frequência de divulgação dos requisitos de divulgação foi avaliado através da construção de dois índices de cumprimento de requisitos de divulgação (ICRD) relativos e não ponderados, a nível individual e total: $ICRD_i$ e $ICRD_t$ observáveis nas fórmulas 1 e 2, respetivamente:

$$ICRD_i = \frac{\sum_{i=1}^n VD_i}{n}, \quad (1)$$

Onde $VD_i = 0$ se o item não é divulgado, 1 se divulgado e 2 se não aplicável/identificável; $n =$ número itens divulgados, excluindo $VD_i = 2$.

$$ICRD_t = \frac{\sum_{i=1}^n ICRD_i}{n}, \quad (2)$$

Onde n = número total de entidades incluídas no cálculo do índice.

O cálculo do $ICRD_i$ inclui no seu numerador o total de divulgações realizadas em conformidade com as VD definidas (VD_i) e no denominador o somatório de divulgações realizadas. Relativamente ao $ICRD_t$, o numerador é constituído pelo total de $ICRD_i$ e o respetivo denominador pelo número de entidades analisadas. Portanto, a aferição deste valor cultural foi realizada em função do $ICRD_i$ e da mediana calculada para a população final, no sentido de homogeneizar a classificação das entidades incluídas nesta investigação. Note-se que a aferição do secretismo em função da mediana calculada para cada índice bolsista poderia conduzir à distorção dos resultados, dado que entidades com igual $ICRD_i$ apresentariam diferente classificação, em função do valor da mediana referente ao índice a que pertencem. Deste modo, para as entidades cujo $ICRD_i$ se verificava não inferior à mediana referida foram consideradas não secretistas (valor de “0”) e, vice-versa para as com valor inferior a essa mediana (valor de “1”). Com o intuito de evitar a distorção das medidas de avaliação do secretismo acima descritas, nas circunstâncias em que os critérios de divulgação não fossem aplicáveis à entidade (e.g. não detenção de uma(s) categoria(s) de IF derivados) ou não passíveis de identificação (e.g. ausência de menção expressa de VD7) pontuou-se com “2”. Adicionalmente, as entidades que não possuíam IF derivados de cobertura foram consideradas como não secretistas, tendo-se para tal atribuído o valor de “0”.

3.2.2 População, fontes de informação e período do estudo

A metodologia utilizada na recolha de dados foi a análise de conteúdo dos relatórios e contas consolidados anuais das entidades cotadas (grupos não financeiros) em índices bolsistas dos mercados financeiros europeus, nomeadamente: PSI-20, IBEX-35, FTSE-100, DAX-30 e OMX-S30, para os períodos financeiros de 2013 e 2014.

A população desta investigação é constituída pelas entidades com valores mobiliários admitidos à cotação nos referidos índices, pertencentes, respetivamente, às bolsas de valores de Lisboa, Madrid, Londres, Frankfurt e Estocolmo, à data de 31 de Dezembro de 2014. De modo a garantir a comparabilidade, os critérios de exclusão foram definidos em função dos seguintes elementos: i) setor de atividade das entidades; ii) data de relato; iii) normativo contabilístico aplicável; iv) país originário da entidade; e v) outros acontecimentos marcantes passíveis de afetar de forma relevante a comparabilidade da informação entre períodos. Por conseguinte, a população final foi constituída por 137 entidades distribuídas pelos diversos índices bolsistas, conforme divulgado no Quadro 3:

Quadro 3 - Composição da população por índice bolsista

		PSI-20	IBEX-35	FTSE-100	DAX-30	OMX-S30
População inicial		18	35	101	30	29
Número de entidades excluídas		4	12	45	7	8
Critério de exclusão	i) Setor de atividade (financeiro, segurador)	3	9	19	5	6
	ii) Divergência temporal da informação financeira	-	-	11	-	-
	iii) Distintos normativos contabilísticos	-	-	1	2	-
	iv) Áreas culturais dos países originários	-	3	14	-	2
	v) Ausência de comparabilidade	1	-	-	-	-
Número de entidades incluídas no estudo (população final)		14	23	56	23	21

Desse modo, em cumprimento do critério definido em i), excluíram-se as entidades pertencentes ao setor financeiro por se encontrarem sujeitas à supervisão de entidades reguladoras do setor financeiro nas respetivas jurisdições e, como tal, à consequente utilização

de critérios contabilísticos eventualmente distintos. Relativamente a ii), foram aceites divergências temporais até três meses da data de reporte da informação financeira considerada como referência (desfasamento temporal máximo permitido entre a informação financeira de uma subsidiária e empresa-mãe (§ 18, NCRF 15 e § 27, IAS 27)), último dia do ano civil, sendo consequentemente excluídas as que apresentavam diferenças superiores ao período referido, como por exemplo as Sociedades Anónimas Desportivas. Refira-se que em relação a iii), as entidades cuja informação financeira foi elaborada de acordo com normativos contabilísticos distintos das IFRS (por exemplo, as US GAAP) foram igualmente excluídas. De acordo com o critério apresentado em iv), foram excluídas as entidades cujos países originários não eram suscetíveis de refletir a área cultural definida *a priori*. Como mero exemplo, nos países anglo-saxónicos foram incluídas as entidades britânicas, americanas, sul-africanas e australianas. Por último, em v) foram retiradas empresas cuja comparabilidade da informação financeira entre o período analisado não foi garantida.

3.2.3 Técnicas estatísticas utilizadas

A análise estatística aplicada na presente investigação inclui a utilização de técnicas de estatística descritiva univariadas e bivariadas, quando se encontrava em causa a análise da relação entre duas variáveis. Em relação às primeiras técnicas mencionadas, destaca-se a utilização de medidas de tendência central (e.g. média e mediana), bem como, a análise de frequências. No tocante às técnicas bivariadas, foram utilizados o teste de McNemar e do Qui-quadrado, complementado com o teste exato de Fisher quando violado um dos pressupostos que impedem a sua aplicação, nomeadamente o pressuposto de que 80% das frequências esperadas não são inferiores a 5 (MAROCO, 2007).

Assim, na análise à consistência da *proxy* utilizada para cada valor cultural, recorreu-se, além das técnicas de análise descritiva, ao teste de McNemar, utilizado para comparar duas amostras emparelhadas com variáveis nominais dicotómicas, sendo apropriada para aferir a volatilidade temporal das VD referidas (MAROCO, 2007).

O teste do Qui-quadrado (χ^2) é aplicado para testar se duas ou mais populações independentes divergem relativamente a uma característica específica (MAROCO, 2007). A vantagem referida para o teste de Mann-Whitney U é, de igual forma, aplicável a este teste do Qui-quadrado (HILL; HILL, 2008). Na presente investigação, o teste aludido é aplicado quando em análise constam variáveis qualitativas nominais, designadas de *dummies*, relacionadas com a verificação (código 1) ou não (código 0) dos valores culturais de Gray (1988).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo destina-se a apresentar e discutir os resultados que permitam validar, ou não, as hipóteses anteriormente definidas, encontrando-se estruturado em três subcapítulos. Nesse sentido, identifica-se com a análise das hipóteses operacionais definidas a partir da H1, relativas à eventual distinção entre os valores culturais (VD) em função dos agrupamentos regionais (VI). Adicionalmente, este mesmo subcapítulo analisa a existência de uma eventual associação entre os valores culturais (H2).

Previamente ao teste às hipóteses H1 e H2 acima referido, foi aplicado o teste de McNemar no intuito de testar a significância das alterações ocorridas entre os dados em análise durante o período deste estudo, que compreende os anos de 2013 e 2014, e dessa forma avaliar a consistência da *proxy* estabelecida para os valores culturais de Gray (1988) utilizados na corrente investigação. Assim, os resultados do teste mencionado, por referência ao nível de significância utilizado neste estudo, são apresentados conjuntamente para a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo no Quadro 4:

Quadro 4 - Teste de McNemar: Valores culturais

	Unif_2013 vs. Unif_2014	Cons_2013 vs. Cons_2014	Sec_2013 vs. Sec_2014
Significância	,575	,687	,687

Os resultados do teste de McNemar ilustram a consistência da *proxy* utilizada para cada valor cultural, uma vez verificada a inexistência de diferenças significativas na comparação temporal entre os dados em análise. Adicionalmente, o Quadro 5 apresenta a análise das frequências relativas obtidas a partir dos dados obtidos para os valores culturais nos dois anos do estudo:

Quadro 5 - Frequência relativa: Associações entre os valores culturais (2013-2014).

Unif_2013 vs. Unif_2014		Unif_2014				Total
		0	%	1	%	
Unif_2013	0	30	52%	23	29%	53
	1	28	48%	56	71%	84
Total		58	100%	79	100%	137
Cons_2013 vs. Cons_2014		Cons_2014				Total
		0	%	1	%	
Cons_2013	0	72	97%	4	6%	76
	1	2	3%	59	94%	61
Total		74	100%	63	100%	137
Sec_2013 vs. Sec_2014		Sec_2014				Total
		0	%	1	%	
Sec_2013	0	74	97%	4	7%	78
	1	2	3%	57	93%	59
Total		76	100%	61	100%	137

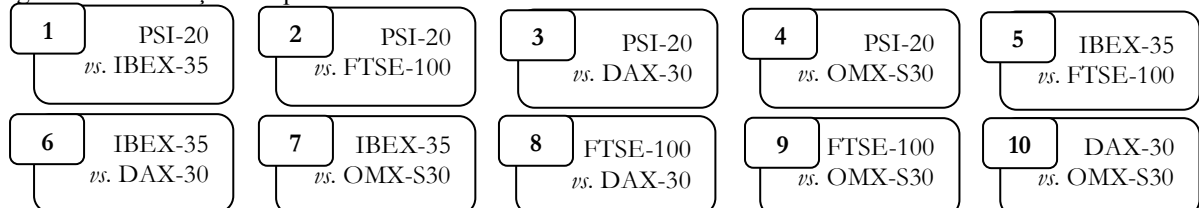
O Quadro 5 confirma, nesse sentido, as conclusões já expostas aquando da aplicação do teste de McNemar ao verificar-se que, quando o código dos valores culturais coincide, registam-se as proporções de maior valor em ambos os períodos (e.g. em 2013 quando Cons_2013 = 0 e Cons_2014 = 0, a frequência relativa é de 97%).

4.1 A cultura e os agrupamentos regionais

A partir da H1 foram definidas as H1.1 e H1.2, segundo as quais os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos apresentam, por essa ordem, distintos níveis de uniformidade e de conservadorismo, respetivamente, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), apresentando-se tais diferenças como estatisticamente significativas. Já a H1.3, relativa ao secretismo, diferia apenas no concernente à ordem dos agrupamentos regionais, nos quais os países latinos menos desenvolvidos antecederiam os germânicos e os latinos mais desenvolvidos.

Nesse sentido, as referidas sub-hipóteses destinam-se a apresentar os resultados obtidos, dois a dois, para os agrupamentos propostos a partir do teste do Qui-quadrado, de modo a identificar a existência de eventuais diferenças significativas. Assim, considerando-se a existência de cinco grupos analisados neste estudo, o teste foi aplicado a dez pares de índices, cuja codificação pode ser observada na Figura 3:

Figura 3 - Codificação dos pares de índice



Na sequência, os Quadros 6 e 7 apresentam os resultados obtidos, para os dois anos em estudo, tendo como referência a *Asymp. Sig. (2-tailed)* alusiva ao teste exato de Fisher.

Quadro 6 - Teste do Qui-quadrado por pares de índices: Valores culturais (2013)

Ano de 2013 - Agrupamento (pares) de índices em análise

Valor cultural	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Unif_2013	1,000	1,000	,738	1,000	1,000	1,000	,761	,803	,793	,548
Cons_2013	,166	,007	,040	,036	,316	,554	,382	1,000	1,000	1,000
Sec_2013	1,000	,562	,171	,739	,623	,221	,563	,305	,304	,065

Tendo presente o ano de 2013 (Quadro 6), os resultados estatísticos obtidos sugerem a não existência de diferenças significativas entre os pares de índices para a generalidade dos valores culturais em estudo. A exceção é aplicável somente ao conservadorismo, cujas diferenças se revelam significativas para os pares de índices 2 (PSI-20 vs. FTSE-100), 3 (PSI-20 vs. DAX-30) e 4 (PSI 20 vs. OMX-S30), sendo o índice PSI-20 comum a todos esses agrupamentos. Considerando-se um nível de significância entre 5% e 10%, é observável a existência de diferenças significativas apenas para o par de índices 10 (DAX-30 vs. OMX-S30) relativamente ao valor do secretismo.

Quadro 7 - Teste do Qui-quadrado por pares de índices: Valores culturais (2014)

Ano de 2014 - Agrupamento (pares) de índices em análise										
Valor cultural	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Unif_2014	,288	,131	,288	,282	1,000	1,000	1,000	1,000	,803	1,000
Cons_2014	1,000	,034	,173	,041	,029	,236	,069	,623	,796	,548
Sec_2014	,745	1,000	,171	,739	1,000	,353	,547	,131	,451	,065

No que diz respeito ao ano de 2014 (Quadro 7), confirma-se a não existência de diferenças significativas em relação à uniformidade, tal como verificado para 2013. Refira-se, contudo, no concernente ao conservadorismo, a presença de mais dois agrupamento em que se verificam tais diferenças: os pares de índices 5 (IBEX-35 vs. FTSE-100) e 7 (IBEX-35 vs. OMX-S30), nesse último caso apenas a um nível de significância entre 5% e 10%. Por outro lado, distintamente do ocorrido no ano transato, as diferenças obtidas para os valores representativos do par de índices 3 (PSI-20 vs. DAX-30) não se revelaram significativas em 2014. Assim, em síntese, constata-se que os pares de índices 2 (PSI-20 vs. FTSE-100) e 4 (PSI 20 vs. OMX-S30), relativamente ao conservadorismo, e o par de índices 10 (DAX-30 vs. OMX-S30), relativamente ao secretismo, ainda que nesse caso a um nível de significância entre 5% e 10%, são os únicos a verificar as relações hipotetizadas de forma consistente.

4.2 Relação entre os valores culturais

A aferição da possível existência de associação significativa entre os valores culturais, proposta em H2, foi realizada através do teste não paramétrico do Qui-quadrado, igualmente complemento pela análise da estatística descritiva

Assim, tendo por base a classificação atribuída aos valores culturais, de “1” ou “0” conforme a verificação, ou não, de tais valores, o Quadro 8 expõe as frequências relativas obtidas:

Quadro 8 - Frequência relativa: Associação entre os valores culturais (2013-2014)

Unif_2013 vs. Cons_2013	Cons_2013				Total	Unif_2014 vs. Cons_2014	Cons_2014				Total		
	0	%	1	%			0	%	1	%			
Unif_2013	0	32	42%	21	34%	53	Unif_2014	0	36	49%	22	35%	58
	1	44	58%	40	66%			1	38	51%	41	65%	
Total		76	100%	61	100%	137	Total		74	100%	63	100%	137
Unif_2013 vs. Sec_2013	Sec_2013				Total	Unif_2014 vs. Sec_2014	Sec_2014				Total		
	0	%	1	%			0	%	1	%			
Unif_2013	0	30	38%	23	39%	53	Unif_2014	0	37	49%	21	34%	58
	1	48	62%	36	61%			1	39	51%	40	66%	
Total		78	100%	59	100%	137	Total		76	100%	61	100%	137
Cons_2013 vs. Sec_2013	Sec_2013				Total	Cons_2014 vs. Sec_2014	Sec_2014				Total		
	0	%	1	%			0	%	1	%			
Cons_2013	0	50	64%	26	44%	76	Cons_2014	0	49	64%	25	41%	74
	1	28	36%	33	56%			1	27	36%	36	59%	

Total	78	100%	59	100%	137	Total	76	100%	61	100%	137
-------	----	------	----	------	-----	-------	----	------	----	------	-----

A análise dos resultados obtidos a partir da frequência relativa para os valores culturais aponta no sentido da não associação entre a uniformidade e o conservadorismo, por um lado, e entre a uniformidade e o conservadorismo, por outro, contrariamente ao que se verifica no que respeita à conexão entre o conservadorismo e o secretismo.

Na sequência, como fortalecimento das conclusões anteriores, recorreu-se ao teste do Qui-quadrado no intuito de identificar a existência de relação entre os valores culturais já mencionados. O Quadro 9 reúne, assim, os resultados do teste estatístico aludido no que respeita à associação entre a uniformidade (Unif) e o conservadorismo (Cons), a uniformidade e o secretismo (Sec) e o conservadorismo e o secretismo, com referência à *Asymp. Sig. (2-tailed)* relativa ao teste exato de Fisher para os dois anos em estudo:

Quadro 9 - Teste do Qui-quadrado: Associações entre os valores culturais (2013-2014)

Ano de 2013	Unif_Cons	Unif_Sec	Cons_Sec
Sig. Exata (bilateral)	,383	1,000	,024
Ano de 2014	Unif_Cons	Unif_Sec	Cons_Sec
Sig. Exata (bilateral)	,121	,118	,009

Tendo em conta que a probabilidade de significância (*Asymp. Sig 2-tailed*) se revela superior ao nível de significância aplicado na presente investigação (5%), a análise ao Quadro 9 preconiza a não existência de associações entre os valores culturais assim combinados: i) a uniformidade e o conservadorismo e ii) a uniformidade e o secretismo. Contrariamente, é possível identificar a existência de uma associação significativa entre o conservadorismo e o secretismo, na medida em que a probabilidade obtida é inferior ao nível de significância, corroborando, nesse sentido, os resultados identificados à luz da análise às frequências relativas.

5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Neste capítulo serão expostas as conclusões decorrentes da investigação empírica realizada, em conformidade com os resultados apresentados no capítulo antecedente, bem como as limitações inerentes e perspectivas de estudo futuras relacionadas com os valores culturais.

Assim, e de acordo com as H1.1 e H1.2, os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos apresentam, por essa ordem, diferenciados níveis de uniformidade e de conservadorismo, respetivamente, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), apresentando-se tais diferenças estatisticamente significativas. Comparativamente a essas hipóteses, a H1.3, relativa ao secretismo, diferia apenas no concernente à classificação dos agrupamentos regionais, nos quais os países latinos menos desenvolvidos antecederiam os germânicos e os latinos mais desenvolvidos.

Considerando os resultados divulgados a partir da aplicação do teste do Qui-quadrado, não se verificam diferenças significativas em relação aos valores culturais da uniformidade e do secretismo, tanto numa análise temporal quanto numa análise entre os pares de índices para cada um dos anos em estudo. Mais especificamente, tais resultados não permitem validar a classificação proposta por Gray (1988) para o valor do secretismo no contexto dos países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos. Pelo exposto, H1.3 foi rejeitada. Refira-se, nesse sentido, que os resultados desta investigação contradizem os resultados obtidos, designadamente, por Bentley e Franklin (2013), que corroborava a classificação atribuída por Gray (1988) ao agrupamento regional anglo-saxónico. De igual forma, os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos não evidenciam divergências significativas ao nível da uniformidade, conforme proposto por Gray (1988), pelo que se considerou rejeitada a H1.1. Os resultados evidenciados anteriores

apresentam-se igualmente em linha com os obtidos para o valor cultural do conservadorismo, à exceção da comprovação de diferenças estatisticamente significativas no que respeita aos pares de índices 2 (PSI-20 vs. FTSE-100) e 4 (PSI 20 vs. OMX-S30), sendo o PSI-20 comum a ambos. Assim, H1.2 foi suportada apenas parcialmente.

No que concerne a H2, foi presumida a existência de uma associação significativa entre os valores culturais, nomeadamente, entre a uniformidade e o secretismo, a uniformidade e o conservadorismo e entre o conservadorismo e o secretismo. Os resultados obtidos através do teste do Qui-quadrado e da análise à frequência relativa permitiram identificar uma relação positiva entre os valores culturais do conservadorismo e do secretismo, em conformidade com o sugerido, de forma pioneira, por Baydoun e Willett (1995) e, posteriormente confirmado, por Chanchani e Willett (2004). Todavia, o sentido dessa associação contrapõe o observado por Gietzmann e Trombetta (2003). Por outro lado, não foram identificadas as relações hipotetizadas que envolviam a uniformidade, mormente, a uniformidade e o secretismo, tal como, a uniformidade e o conservadorismo.

Relativamente às limitações deste estudo, de destacar a relativa ausência de estudos que utilizem os indicadores dos valores culturais, tal como propostos por Gray (1988), passíveis de mensuração a partir do relato financeiro das entidades. Tal facto poderá estar na base da aplicação mais frequente na literatura dos índices de dimensões culturais de Hofstede (1980). Aliada à mencionada limitação, não será alheia a subjetividade inerente ao processo de codificação da informação financeira recolhida. Ressalve-se contudo que, com vista a evitar o enviesamento dos resultados, esse procedimento foi prudente, materializando-se, designadamente, na atribuição de uma codificação diferenciada perante situações de impossibilidade de identificação acerca do cumprimento de requisitos de divulgação obrigatórios.

De salientar, ainda, a necessidade de alargamento da população a entidades não cotadas, nomeadamente, às PME, devido à sua elevada concentração no contexto empresarial da UE e à sua relevância económico-financeira. O interesse científico subjacente à confirmação, ou não, de investigações já realizadas que abordam essa categoria de empresas não deve ser descurado (e.g. ZARZESKI, 1996). Adicionalmente, a necessidade de atualização dos estudos de Hofstede (1980) e de Gray (1988), cujas limitações de natureza metodológica e concetuais são reconhecidas, revela-se ainda premente. De facto, e apesar de tais estudos continuarem a suportar, de forma relevante, a investigação contabilística realizada na área da cultura, novos estudos baseados em novas abordagens metodológicas são necessários.

Tais estudos devem estar ainda mais adaptados: à realidade empresarial corrente, aos normativos do tipo *principle-based* largamente introduzidos, que requerem o julgamento profissional e ter em conta o avançado estado em que se encontra o processo de harmonização contabilística. Assim, novas formas de operacionalizar a aferição desses índices de valores culturais seria proveitoso para o progresso da investigação em Contabilidade nessa área temática. Aferir a relevância de fatores como a cultura, no contexto do julgamento profissional demonstra-se de interesse para os diversos utilizadores da Contabilidade. Tais elementos apresentam-se como obstáculos à almejada comparabilidade do relato financeiro. Assim, a avaliação desses fatores e dos seus impactos, associada à necessidade de eventual revisão do modelo e/ou das classificações propostas por Gray (1988), podem ser identificados como contributos da investigação científica conduzida na presente investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, M.; BEAVER, W.; LANDSMAN, W. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, n. 1-3, p. 77-104, 2001.

BASKERVILLE, R. Hofstede never studied culture. *Accounting, Organizations and Society*, v. 28, n. 1, p. 1-14, 2003.

BAYDOUN, N.; WILLETT, R. Cultural Relevance of Western Accounting Systems to Developing Countries. *Abacus*, v. 31, n. 1, p. 67-92, 1995.

BENTLEY, P. A.; FRANKLIN, M. A. Which international cultures favour disclosure of risk. *International Journal of Business, Accounting, & Finance*, v. 7, n. 2, p. 62-76, 2013.

BERTONI, M.; ROSA, B. *Comprehensive income, fair value, and conservatism: a conceptual framework for reporting financial performance*. Opatija, 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2239303>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CHANCHANI, S.; WILLETT; R. An empirical assessment of Gray's accounting value constructs. *International Journal of Accounting*, v. 39, p. 125-154, 2004.

CHOI, F.; MEEK, G. *International accounting*. 7. ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2011.

DHALIWAL, D. Some economic determinants of management lobbying for alternative methods of accounting. *Journal of Business Finance and Accounting*, v. 9, n. 2, p. 255-265, 1982.

DOBLER, M. Incentives for risk reporting - A discretionary disclosure and cheap talk approach. *International Journal of Accounting*, v. 43, n. 2, p. 184-206, 2008.

DOUPNIK, T.; RICCIO, E. The influence of conservatism and secrecy on the interpretation of verbal probability expressions in the Anglo and Latin cultural areas. *International Journal of Accounting*, v. 41, n. 3, p. 237-261, 2006.

DOUPNIK, T.; RICHTER, M. The impact of culture on the interpretation of "in context" verbal probability expressions. *Journal of International Accounting Research*, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2004.

FIRMINO, J.; PAULO, E. Aspectos comportamentais no julgamento profissional dos auditores independentes. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 16, n. 3, p. 17-40, 2013.

GAIO, C.; MATEUS, M. Relato Financeiro das Empresas Cotadas em Portugal – Grau de Conformidade com os Requisitos de Divulgação da IAS 1. *Contabilidade & Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management*, n. 15, p. 39-73, 2014.

GIETZMAN, M.; TROMBETTA, M. Disclosure interactions: Accounting policy choice and voluntary disclosure effects on the cost of raising outside capital. *Accounting and Business Research*, v. 33, n. 3, p. 187-205, 2003.

GONÇALVES, R.; LOPES, P. Accounting in Agriculture: Disclosure practices of listed firms. *Contabilidade & Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management*, n. 16, p. 9-44, 2015.

GRAY, S. Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally. *Abacus*, v. 24, n. 1, p. 1-15, 1988.

HEIDHUES, E.; PATEL, C. A critique of Gray's framework on accounting values using Germany as a case study. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 22, n. 3, p. 273-287, 2011.

HILL, M.; HILL, A. *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

HOARAU, C. International accounting harmonization American hegemony or mutual recognition with benchmarks? *European Accounting Review*, v. 4, n. 2, p. 235-247, 1995.

HOFSTEDDE, G. *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Londres: Sage Publications, 1980.

HOFSTEDDE, G. Dimensions do not exist: A reply to Brendan McSweeney. *Human Relations*, v. 55, n. 11, p. 1-8, 2002.

HOFSTEDDE, G. What is culture? A reply to Baskerville. *Accounting, Organizations and Society*, v. 28, n. 7, p. 811-813, 2003.

HU, C., CHAND, P., & EVANS, E. The effect of national culture, acculturation and education on accounting judgments: A comparative study of Australian and Chinese culture. *European Accounting Review*, v. 21, n. 1, p. 153-182, 2012.

IATRIDIS, G. Accounting disclosure and firms' financial attributes: Evidence from the UK stock market. *International Review of Financial Analysis*, v. 17, n. 2, p. 219-241, 2008.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS) FOUNDATION. *IFRS as global standards: A pocket guide*. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2015.

JOANNIDES, V.; WICKRAMASINGHE, D.; BERLAND, N. *Critiques on Gray – Hofstede's Model – What impact on cross-cultural accounting research?* Grenoble, abr. 2012. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00690933/document>. Acesso em 21 abr. 2015.

LOPES, P. Accounting for electricity derivatives under IAS 39. *Journal of Derivatives & Hedge Funds*, v. 13, n. 3, p. 233-246, 2007.

LOPES, P.; RODRIGUES, L. Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, v. 42, n. 1, p. 25-56, 2007.

MAROCO, J. *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

NOBES, C.; PARKER, R. *Comparative International Accounting*. 12. ed. Londres: Prentice Hall, 2008.

PATEL, C. *A comparative study of professional accountant's judgements*. Oxford: JAI Press, 2006.

PIRCHEGGER, B. Hedge Accounting Incentives for Cash Flow Hedges of Forecasted Transactions. *European Accounting Review*, v. 15, n. 1, p. 115-135, 2006.

POCRNJIC, D.; PERVAN, I. Financial Reporting Harmonization - Measurement Models. In LORCA, P., POPESCU, C. (Eds.). *Recent Researches in Applied Economics and Management: Business Administration and Financial Management – Vol. I*. Creta: WSEAS Press, 2013. p. 290-296.

REGULAMENTO (CE) n.º 1606/2002. *Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade*. Londres: 2002. Disponível em: https://www.iaasa.ie/getmedia/4f14bf8f-bc8f-436a-96f9-513bccf8702d/ias_reg_1606_2002.pdf?ext=.pdf. Acesso em: 26 jun. 2015.

SANTOS, E.; PONTE, V.; MAPURUNGA, P. Mandatory IFRS adoption in Brazil (2010): Index of compliance with disclosure requirements and some explanatory factors of firms reporting. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.

SCHULTZ, J.; LOPEZ, T. The impact of national influence on accounting estimates: Implications for international accounting standard-setters. *International Journal of Accounting*, v. 36, n. 3, p. 271-290, 2001.

STERGIOS, A.; LASKARIDOU, E. *Have met IASs Accounting Harmonization? The case of Greek Listed Companies*. Kastoria, mai. 2008. Disponível em: <http://kastoria.teikoz.gr/icoae2/wordpress/wp-content/uploads/articles/2011/10/007-2008.pdf>. Acesso em 28 mai. 2015.

TEIXEIRA, C.; SILVA, A. The interpretation of Verbal Probability Expressions used in the IAS/IFRS: Some portuguese evidence. *Revista de Estudos Politécnicos*, v. 7, n. 12, p. 57-73, 2009.

TSAKUMIS, G. The influence of culture on accountants application of financial reporting rules. *Abacus*, v. 43, n. 1, p. 27-48, 2007.

ZARZESKI, M. Spontaneous harmonization effects of culture and market forces on accounting disclosure practices. *Accounting Horizons*, v. 10, n. 1, p. 18-37, 1996.